

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.414 - SP (2019/0302777-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ALEXANDRA PINHEIRO DE CASTRO - SP291702  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANDERSON ROBERTO DA SILVA (PRESO)  
**PACIENTE** : ROBSON TADEU PASSOS (PRESO)  
**PACIENTE** : JULIO CEZAR DE FREITAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de ANDERSON ROBERTO DA SILVA, ROBSON TADEU PASSOS e JULIO CEZAR DE FREITAS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0061368-64.2017.8.26.0050).

Colhe-se dos autos que os pacientes foram condenados, como incursos nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal – Júlio e Robson –, e dos arts. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal e 15, da Lei n. 10.826/2003 – Anderson –, às penas de 8 anos e 3 meses de reclusão e 20 dias-multa (Júlio); 7 anos, 8 meses e 12 dias de reclusão e 19 dias-multa (Robson); e 10 anos e 6 meses de reclusão e 33 dias-multa (Anderson), em regime fechado (e-STJ fls. 48/61).

Irresignada, a defesa apelou, sendo o recurso desprovido pelo Tribunal *a quo* em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 115);

Apelações. Crimes de roubo duplamente majorado e disparo de arma de fogo. Sentença condenatória. 1. Quadro probatório suficiente para firmar a condenação dos acusados. 2. Penas que não comportam reparo. Recursos desprovidos.

Neste *writ*, aduz a impetrante que os pacientes estariam sofrendo constrangimento ilegal em razão de ilegalidade ocorrida na dosimetria de suas penas.

Sustenta, inicialmente, quanto ao paciente Anderson, a necessidade de reconhecimento do princípio da consunção em relação ao delito do art. 15 da Lei n. 10.826/2003, ao argumento de que a conduta de disparo de arma de fogo teria sido

# Superior Tribunal de Justiça

praticada no mesmo contexto fático do delito de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo (e-STJ fls. 6/7).

Afirma, ainda, que deve ser reconhecida a atenuante da confissão espontânea em relação ao paciente Anderson, pois "*deixou de ser utilizada em seu favor, apesar de ter sido utilizada na formação da convicção do juiz, o que é ilegal*" (e-STJ fl. 8).

Pontua, ademais, que houve aumento da pena dos pacientes na fração de 3/8, na terceira fase da dosimetria, em violação ao disposto na Súmula n. 443/STJ (e-STJ fls. 9/10).

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para redimensionar a pena dos pacientes.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Dispensio informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

